

Caderno de Questões



**PREFEITURA MUNICIPAL
DE BELO HORIZONTE**

Concurso Público 2012

AUDITOR FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS

PROVA A

21 de abril de 2012

REALIZAÇÃO:



**PREFEITURA
BELO HORIZONTE**



Anote aqui seu gabarito e destaque no pontilhado.

01		11		21		31		41		51		61		71	
02		12		22		32		42		52		62		72	
03		13		23		33		43		53		63		73	
04		14		24		34		44		54		64		74	
05		15		25		35		45		55		65		75	
06		16		26		36		46		56		66		76	
07		17		27		37		47		57		67		77	
08		18		28		38		48		58		68		78	
09		19		29		39		49		59		69		79	
10		20		30		40		50		60		70		80	

LÍNGUA PORTUGUESA

TEXTO – DO CAMPO PARA A CIDADE

Gomes, 2002

Até 1940, os migrantes se dirigiam predominantemente para a cidade do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, e também para a cidade e o estado de São Paulo, e eram em grande parte oriundos de Minas Gerais e do Nordeste. Desde **então**, seriam os estados **dessa região** os principais responsáveis pela expulsão de populações, **que** se dirigiriam primeiro para São Paulo e, após 1950-60, também para o Paraná, Goiás, Mato Grosso e Rondônia. Estabeleceram-se assim novos polos de atração de migrantes e novas áreas de expansão das fronteiras agrícolas, **o que** se acentuou após a instauração do regime militar em 1964. (...)

Os anos 1970 assinalaram um ponto de inflexão extremamente significativo em nosso perfil demográfico, na medida em que começou a se inverter a relação entre população rural e urbana, ficando esta cada vez mais concentrada no que passava a ser, genérica e simbolicamente, denominado como Sul ou Sul Maravilha, numa alusão às possibilidades reais ou sonhadas que **a região** oferecia.

Toda essa situação passaria a produzir desdobramentos econômicos e sociais graves, que seriam identificados e avaliados, cada vez mais, como negativos para o país. De um lado, o que se verificava era o esvaziamento e o empobrecimento do campo; de outro, com o inchamento das grandes cidades, um agravamento dos problemas de habitação, educação, saúde e segurança.

Mais recentemente, os deslocamentos não se fizeram tanto de áreas rurais para urbanas, mas sim entre áreas urbanas e, nesse caso, não mais tendo como destino preferencial as cidades metropolitanas, e sim aquelas de médio porte, que se tornaram polos de atração de fluxos migratórios. (...)

Todas essas transformações desenham um novo mapa e um novo perfil para a população brasileira. Somos, na virada do século XX para o XXI, um novo Brasil urbano, inclusive com uma diferenciação bem menor entre campo e cidade. Nosso povo deixou de ser jovem e começou a envelhecer. Sem dúvida, é hora de o Brasil amadurecer.

01. “Até 1940, os migrantes se dirigiam predominantemente para a cidade do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, e também para a cidade e o estado de São Paulo, e eram em grande parte oriundos de Minas Gerais e do Nordeste”.

Sobre esse segmento inicial do texto, a inferência correta é:

- A) os migrantes, inicialmente dirigidos ao Rio de Janeiro, passaram a mudar seu destino para o Distrito Federal.
- B) o fluxo migratório até 1940 seguia o padrão de partida de regiões mais pobres para regiões mais ricas.
- C) a cidade e o estado de São Paulo atraíam predominantemente migrantes da região Nordeste.
- D) os migrantes que se dirigiam ao Sul eram oriundos de grande parte de Minas e do Nordeste.
- E) Minas Gerais e o Nordeste eram as únicas fontes dos migrantes para o Sul.

02. Num texto, a fim de ser criada coesão e coerência, estabelecem-se relações formais e semânticas entre elementos do texto. A alternativa em que o termo destacado do primeiro e segundo parágrafos do texto tem seu referente indicado de forma **INADEQUADA** é:

- A) que - populações
- B) então – desde o ano de 1940.
- C) a região – Sul ou Sul Maravilha.
- D) dessa região – Minas Gerais e Nordeste.
- E) o que – o estabelecimento de novos polos de atração de migrantes.

03. “Até 1940, os migrantes se dirigiam predominantemente para a cidade do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, e também para a cidade e o estado de São Paulo, e eram em grande parte oriundos de Minas Gerais e do Nordeste. Desde então, seriam os estados dessa região os principais responsáveis pela expulsão de populações, que se dirigiriam primeiro para São Paulo e, após 1950-60, também para o Paraná, Goiás, Mato Grosso e Rondônia. Estabeleceram-se assim novos polos de atração de migrantes e novas áreas de expansão das fronteiras agrícolas, o que se acentuou após a instauração do regime militar em 1964. (...)”

Por tratar-se de um texto didático, os vocábulos nele empregados têm caráter preponderadamente objetivo; o vocábulo desse primeiro parágrafo que acrescenta uma opinião do autor ao dado objetivo é:

- A) região.
- B) atração.
- C) expulsão.
- D) expansão.
- E) instauração.

04. “Estabeleceram-se assim novos polos de atração de migrantes e novas áreas de expansão das fronteiras agrícolas, **o que se acentuou após a instauração do regime militar em 1964.** (...)”

A relação estabelecida pelo autor do texto entre o segmento negrito e o anterior é a de que:

- A) o regime militar, citado no segundo segmento, foi a razão do surgimento de novos polos de atração de migrantes e novas áreas de expansão das fronteiras agrícolas.
- B) ainda que não sejam explicitadas as razões, o segundo segmento é apontado como causa de maior intensidade nas mudanças apontadas anteriormente.
- C) tanto o primeiro quanto o segundo segmento indicam consequências do estabelecimento de novos polos de atração para os migrantes de Minas e Nordeste.
- D) o primeiro segmento indica uma das razões para o surgimento de um regime militar de exceção, em 1964.
- E) o segundo segmento (negrito) é apontado como a condição das alterações citadas no segmento anterior.

05. Há um conjunto de fatores apontados como marcas de desdobramentos econômicos e sociais graves (3º. parágrafo). A alternativa em que o problema apontado está corretamente definido é:
- A) problemas de saúde – falta de pessoal e material para o atendimento de um número cada vez maior de migrantes, necessitados de assistência médica.
 - B) problemas de habitação – construção rápida demais de pequenas habitações para os migrantes, tendo como consequência uma série de acidentes.
 - C) empobrecimento do campo – a população rural, sem o apoio dos mais jovens, ficava restrita ao recebimento de valores dos programas sociais.
 - D) problemas de educação – dada a pobreza cultural dos migrantes, sobretudo os nordestinos, o nível de aprendizado caiu vertiginosamente.
 - E) esvaziamento do campo – reduzida utilização de máquinas agrícolas, mostrando defasagem na agricultura.
06. O texto lido é um exemplo de texto didático, retirado de um livro de História do Brasil para o ensino médio. Entre as características apontadas abaixo, aquela que corresponde mais especificamente ao texto lido é:
- A) identificação clara das fontes dos conhecimentos transmitidos ao leitor.
 - B) a tentativa de mostrar a utilidade das informações prestadas para o conhecimento da realidade atual do país.
 - C) exposição de fatos históricos em ordem cronológica, identificando aqueles de maior importância para o assunto tratado.
 - D) linguagem clara e de uso coloquial a fim de que todos os leitores possam decodificar facilmente as informações prestadas.
 - E) a preocupação de explicar as razões dos fatos apontados, além de, com a preocupação de clareza, exemplificar continuamente.
07. Há uma série de transformações citadas no texto como marcas de um novo perfil para nosso país; a transformação que está indicada de forma **INCORRETA** é:
- A) migração da área rural para as áreas urbanas / migração entre áreas urbanas.
 - B) cidades metropolitanas como alvo de migrações / cidades de médio porte como alvo de migrações.
 - C) distinções bem acentuadas entre campo e cidade / diferenciação bem menor entre campo e cidade.
 - D) país de marcante distinção entre ambiente rural e urbano / menor diferenciação entre campo e cidade.
 - E) povo jovem e de grande dinamismo / povo mais maduro e consciente de suas responsabilidades.
08. “Toda essa situação passaria a produzir desdobramentos econômicos e sociais graves”. Esse segmento do texto pode ser reescrito, conservando-se o seu sentido, de várias formas distintas; a frase em que a modificação proposta conserva esse sentido original é:
- A) Desdobramentos econômicos e sociais graves passariam a ser produzidos por toda essa situação.
 - B) Graves desdobramentos sociais e econômicos viriam a ser produzidos por toda essa situação.
 - C) Graves desdobramentos econômicos e sociais seriam modificados por toda essa situação.
 - D) Toda essa situação seria levada a produzir graves desdobramentos econômicos e sociais.
 - E) Toda essa situação chegaria a produzir desdobramentos econômicos e sociais graves.
09. “Nosso povo deixou de ser jovem e começou a envelhecer. Sem dúvida é hora de o Brasil amadurecer”; o final do texto nos diz que:
- A) é chegado o momento de o Brasil amadurecer, pois a maioria de nossa população já chegou à terceira idade.
 - B) apesar de o nosso povo ter deixado de ser jovem e ter começado a envelhecer, é hora de o nosso país amadurecer.
 - C) como nosso povo já deixou de ser jovem e começou a envelhecer, o momento de amadurecimento já deveria ter ocorrido.
 - D) certamente nosso país deve amadurecer, aproveitando-se do fato de que a maioria de nossa população é de jovens e ainda tardará muito em envelhecer.
 - E) é certo que nosso país deve amadurecer, visto que nossa população já deixou de ser predominantemente jovem e iniciou processo de envelhecimento.
10. Nos segmentos abaixo, as preposições negritadas têm seu emprego justificado por algum termo anterior; o segmento em que o emprego da preposição (ou combinação de preposição + artigo) **NÃO** pertence a esse caso é:
- A) inchamento **das** grandes cidades.
 - B) polos de atração **de** migrantes.
 - C) empobrecimento **do** campo.
 - D) a cidade **do** Rio de Janeiro.
 - E) expulsão **de** populações.

CONTABILIDADE GERAL

11. Em 10/03/2011, a Empresa Comercial ABC realizou uma aquisição de mercadorias para revenda, à vista, com as seguintes informações contidas no documento fiscal:

Unidades adquiridas.....	10.000
Preço de venda unitário.....	R\$ 50
IPI incidente.....	10%
Desconto concedido.....	5%
Frete e seguro cobrados.....	R\$ 5.000
ICMS destacado.....	18%

Sabendo-se que o fornecedor estava localizado em outro estado da federação, o valor das mercadorias apropriadas ao estoque foi igual a:

- A) R\$ 430.500
- B) R\$ 432.550
- C) R\$ 433.450
- D) R\$ 443.600
- E) R\$ 444.500

Análise os dados abaixo e responda às questões 12 e 13:

Para a elaboração da Demonstração de Resultado do Exercício, a Cia. Comercial levantou as seguintes informações em 31/12/2011:

Venda de Mercadorias.....	360.000
Despesas de Salários.....	52.000
Depreciação.....	4.000
Devolução de Vendas.....	24.000
Receita de Aluguel.....	8.000
Juros Ativos.....	1.600
Provisão para Devedores Duvidosos.....	800
Comissão s/ Vendas.....	4.000
Frete s/ Vendas.....	2.000
Despesa de Aluguel.....	6.000
Mercadorias.....	9.200
Compra de Mercadorias.....	100.000
Descontos Comerciais Concedidos.....	16.000
Pagamento de Impostos.....	4.460
Juros Passivos.....	6.800
Compras Canceladas.....	20.000
Perda de Capital.....	26.400

Informações complementares:

I- No final do exercício, o inventário de mercadorias realizado indicou o montante de R\$ 12.600;

II- O IR e CSLL foram calculados, com aplicação, respectivamente, dos percentuais de 15% e 10%;

III- Sobre as operações de compras e vendas de mercadorias incidiam o seguinte imposto e taxas: ICMS de 18%; PIS/PASEP de 1,65%; e COFINS de 7,6%.

12. Em 31/12/2011, o lucro bruto apurado correspondia ao seguinte valor:

- A) R\$ 189.640
- B) R\$ 178.000
- C) R\$ 174.000
- D) R\$ 173.640
- E) R\$ 156.200

13. Ainda na mesma demonstração elaborada, o lucro líquido do exercício apurado foi igual a:

- A) R\$ 60.100
- B) R\$ 60.300
- C) R\$ 60.655
- D) R\$ 61.050
- E) R\$ 61.115

14. A Companhia Industrial S/A foi constituída em 10/02/2010, com capital autorizado de R\$ 1.600.000. Num primeiro momento, foram subscritas pelos seus acionistas, 550.000 ações ordinárias e 250.000 ações preferenciais, todas com valor nominal de R\$ 1,50. Entretanto, os acionistas só integralizaram 80% de cada tipo de ações, no valor de R\$ 1,90 cada uma. Considerando essas informações e de acordo com a lei societária, pode-se afirmar que o capital inicial da companhia corresponde ao valor de:

- A) R\$ 1.600.000
- B) R\$ 1.520.000
- C) R\$ 1.280.000
- D) R\$ 1.216.000
- E) R\$ 960.000

15. O balanço patrimonial da Cia. Alvorada S/A, elaborado em 31/12/2010, apresentava o patrimônio líquido com a seguinte composição (valores em R\$):

Capital Social.....	1.000.000
Capital a Integralizar.....	200.000
Ações em Tesouraria.....	100.000
Prejuízos Acumulados.....	50.000

No final do exercício de 2011, apurou um lucro líquido, antes das participações, de R\$ 100.000. No estatuto, estava especificado que, para os administradores e empregados, essas participações seriam de 6% e 10%, respectivamente. Após a contabilização dessas participações, o valor que será destinado à Reserva Legal, de acordo com a legislação vigente, deverá ser de:

- A) R\$ 2.115,00
- B) R\$ 2.137,50
- C) R\$ 4.250,00
- D) R\$ 4.615,00
- E) R\$ 4.637,50

16. A Demonstração dos Fluxos de Caixa deve indicar, pelo menos, as alterações ocorridas, durante o exercício, no saldo de caixa e equivalentes de caixa, segregando essas alterações em, no mínimo, três fluxos: das operações, dos financiamentos e dos investimentos. Dentre as operações realizadas, aquela que será classificada no fluxo de financiamento é:

- A) adiantamento em dinheiro feito a terceiros
- B) pagamento de dividendos aos acionistas
- C) recebimento na alienação de títulos de investimentos
- D) pagamento a fornecedores de mercadorias para revenda
- E) recebimento de juro decorrente de empréstimo concedido

17. A Cia. ABC contratou, em 30/08/2011, um seguro contra incêndio de suas instalações, pagando, pelo prêmio de seguro, a quantia de R\$ 9.000, em 10 mensalidades iguais e sucessivas, sendo a 1ª com vencimento em 15/09 e as demais, a cada dia 15 dos meses seguintes. A apólice de seguro cobre os riscos durante o período de 01/09/2011 a 31/08/2012. Em 31/12/2011, o saldo da conta Seguros a Vencer era igual a:

- A) R\$ 5.250
- B) R\$ 5.400
- C) R\$ 5.950
- D) R\$ 6.000
- E) R\$ 6.250

18. Em 25/09/2011, a Empresa Comercial recebeu de um cliente o pagamento de uma duplicata mercantil, referente a uma venda de mercadoria a prazo, no valor de R\$ 5.000. Tendo em vista que o vencimento da referida duplicata ocorreu em 30/08/2011, foi cobrado encargo financeiro no valor de R\$ 800,00. O cliente efetuou o pagamento, com emissão de um cheque do Banco ABC. A operação foi registrada na contabilidade da Empresa Comercial, por meio do seguinte lançamento:

- | | |
|------------------------------|-------|
| A) D: Caixa | 5.800 |
| C: Juros Ativos | 800 |
| C: Duplicatas a Receber | 5.000 |
| B) D: Bancos c/ Movimento | 5.800 |
| C: Juros Ativos | 800 |
| C: Duplicatas a Receber | 5.000 |
| C) D: Receita de Vendas | 5.000 |
| C: Juros Passivos | 800 |
| C: Duplicatas a Receber | 5.800 |
| D) D: Duplicatas Descontadas | 5.000 |
| C: Juros a Apropriar | 800 |
| E) D: Bancos c/ Movimento | 5.800 |
| C: Duplicatas a Receber | 5.800 |

19. Em 31/12/2011, por ocasião do balanço patrimonial da Cia. Industrial do Planalto, o patrimônio líquido apresenta, na sua composição, as seguintes contas e respectivos valores em R\$:

Capital Social.....	300.000
Capital a Integralizar.....	20.000
Ajustes de Avaliação Patrimonial.....	12.500
Reserva de Ágio na Emissão de Ações.....	3.500
Reserva Legal.....	10.000
Reserva de Incentivos Fiscais.....	2.000
Reserva de Alienação de Bônus de Subscrição.....	4.000
Reserva Estatutária.....	5.000
Ações em Tesouraria.....	6.000
Reserva para Continências.....	6.500

Com base no conceito apresentado na Lei Societária vigente, agregando as contas que são previstas como Reservas de Lucros, o somatório dos valores das contas indicava o montante de:

- A) R\$ 17.500
- B) R\$ 21.500
- C) R\$ 23.500
- D) R\$ 29.000
- E) R\$ 34.000

20. Em 31/12/2011, o livro Razão da Empresa Comercial Ltda. apresentava as seguintes contas integrais e respectivos saldos (valores em R\$):

Banco c/ movimento.....	12.000
Duplicatas a Pagar.....	60.000
Aplicações Financeiras.....	51.000
Empréstimos Bancários.....	150.000
Imóveis para Renda.....	24.000
Mercadorias.....	84.000
Duplicatas a Receber.....	150.000
Capital Social.....	100.000
Móveis e Utensílios.....	78.000
Adiantamentos a Sócios.....	6.000
Lucros/Prejuízos Acumulados.....	36.000
ICMS a Recolher.....	18.000
Reserva de Lucros.....	26.000
Salários a Pagar.....	15.000

Para a elaboração do balanço patrimonial do exercício, dentre os ajustes que, necessariamente, deverão ser efetuados, encontram-se os seguintes:

- I- dos valores informados sobre créditos de clientes, 80% serão auferidos até o final do exercício subsequente;
- II- 30% da dívida junto aos fornecedores terão seus vencimentos em março/2013;
- III- da dívida bancária, 90% serão liquidados em junho/2012.

Após a realização desses ajustes, o Capital Circulante Líquido, implícito no balanço patrimonial, será igual a:

- A) R\$ 96.000
- B) R\$ 84.000
- C) R\$ 63.000
- D) R\$ 60.000
- E) R\$ 57.000

21. De acordo com os preceitos da Lei Societária e com as normas da CVM, as companhias abertas deverão elaborar, ao final de cada exercício social, as demonstrações contábeis, que devem exprimir, com clareza, a situação do patrimônio e as mutações ocorridas no exercício. A informação do valor do lucro por cada ação do Capital Social deverá constar na seguinte Demonstração:

- A) do Valor Adicionado
- B) do Resultado do Exercício
- C) da Mutação do Patrimônio Líquido
- D) de Lucros e Prejuízos Acumulados
- E) das Origens e Aplicações de Recursos

22. Na constituição de uma determinada sociedade por ações, caso o seu estatuto seja omissivo quanto à forma de cálculo dos dividendos a serem distribuídos aos acionistas, prevalecerá, com base na legislação, a parcela mínima de 50% do lucro líquido do exercício ajustado. Em caso de a assembleia geral deliberar pela alteração do estatuto, para introduzir a sua forma de cálculo, a parcela do dividendo a ser distribuída não poderá ser fixada com valor inferior ao seguinte percentual do lucro líquido ajustado:

- A) 10%
- B) 15%
- C) 25%
- D) 30%
- E) 40%

23. Conforme preconizam as normas vigentes, uma das reservas de lucros que pode ser prevista é a Reserva de Lucros a Realizar. A sua constituição é facultativa e tem como finalidade evitar que a companhia pague dividendos sobre lucros que ainda não foram realizados em termos financeiros. Será considerado Lucros a Realizar o seguinte item:
- A) prêmios recebidos na emissão de debêntures
 - B) dividendos recebidos de companhias controladas
 - C) ganho de capital sobre alienação de bens imobilizados
 - D) resultado líquido positivo da equivalência patrimonial
 - E) reversão de reservas constituídas em exercícios anteriores
24. Em 10/02/2011, a Companhia ALFA adquiriu 30% do capital da Companhia BETA, que, nessa data, era de R\$350.000. No final do referido exercício, a Cia. BETA apurou um lucro líquido de R\$ 175.000. O seu estatuto prevê a distribuição aos seus acionistas de parcela correspondente a 40% do lucro líquido. Sabendo-se que ALFA e BETA são empresas coligadas, no balanço patrimonial da CIA. ALFA, em 31/12, ficou demonstrado o investimento realizado na Cia. BETA com o seguinte valor:
- A) R\$ 87.500
 - B) R\$ 126.000
 - C) R\$ 136.500
 - D) R\$ 157.500
 - E) R\$ 175.000
25. Em 31/12/2011, constava no livro Razão da Cia. ABC, entre outras, as seguintes contas e respectivos saldos (em R\$):
- | | |
|---------------------------------|--------|
| Capital Subscrito..... | 80.000 |
| Capital a Realizar | 15.000 |
| Reserva de Capital | 5.000 |
| Reserva Legal..... | 12.000 |
| Reserva para Contingências..... | 2.500 |
| Reservas Estatutárias | 3.000 |
- No final do exercício, foi apurado um lucro líquido no montante de R\$ 25.000.
- Considere as seguintes informações complementares:
- I - o resultado líquido positivo da equivalência patrimonial foi igual a R\$ 7.500;
 - II - o ganho em operações de ativo, realizável a longo prazo, importou em R\$ 9.500;
 - III - o saldo, indicado na conta Reserva para Contingências, correspondeu ao valor constituído em 2010 e não utilizado em 2011;
 - IV - a Diretoria propôs, à Assembleia Geral, a constituição de uma Reserva para Contingências correspondente a 15% do lucro líquido do exercício;
 - V - de acordo com o estatuto da companhia, o dividendo mínimo obrigatório corresponde a 40% do lucro líquido ajustado.
- O valor que a Companhia poderá registrar como Reserva de Lucros a Realizar é de:
- A) R\$ 500
 - B) R\$ 1.000
 - C) R\$ 1.100
 - D) R\$ 4.100
 - E) R\$ 5.500

DIREITO CONSTITUCIONAL

26. A Constituição Federal reconhece a educação como direito de todos e dever do Estado. Pela falta de publicação de ato administrativo do Ministro da Educação, as matrículas dos alunos da rede federal de ensino deixam de ser realizadas no período letivo específico e, conseqüentemente, o calendário de aulas acaba comprometido, havendo o risco de não serem ministradas aulas na rede naquele semestre. Diante disso, a Câmara dos Deputados, em reunião, discute o tema e decide tomar a seguinte medida constitucionalmente adequada:
- A) impetrar mandado de segurança coletivo, em nome da Associação de Pais e Alunos
 - B) propor, através da Mesa da Câmara, ação de inconstitucionalidade por omissão
 - C) impetrar *habeas corpus*, em nome da Associação de Pais de Alunos
 - D) ajuizar ação civil pública, em nome dos Deputados Federais
 - E) ajuizar ação popular, em nome dos Deputados Federais
27. A liminar concedida pelo Supremo Tribunal Federal na ação declaratória de constitucionalidade tem os seguintes efeitos:
- A) *inter partes - ex tunc* - vinculante
 - B) *inter partes - ex nunc* - vinculante
 - C) *erga omnes - ex nunc* - vinculante
 - D) *erga omnes - ex nunc* - não vinculante
 - E) *erga omnes - ex tunc* - não vinculante
28. Não tem legitimidade para propor arguição de descumprimento de preceito fundamental a seguinte parte:
- A) Conselho Federal da OAB
 - B) Procurador-Geral da República
 - C) Conselho Nacional de Justiça
 - D) Confederação Sindical nacional
 - E) Mesa da Câmara dos Deputados
29. O Superior Tribunal de Justiça é competente para processar e julgar, originariamente, o *habeas corpus* quando o ato de coação emana de decisão colegiada do seguinte Órgão jurisdicional:
- A) Superior Tribunal Militar
 - B) Supremo Tribunal Federal
 - C) Tribunal Superior Eleitoral
 - D) Corregedoria da Justiça Federal
 - E) Tribunal de Justiça de Minas Gerais
30. A falta de norma regulamentadora, por leis complementares, sobre sistema financeiro nacional, para dispor, inclusive, sobre a participação do capital estrangeiro nas instituições que o integram pode exigir a propositura de:
- A) ação direta de inconstitucionalidade por omissão
 - B) mandado de segurança por omissão
 - C) mandado de segurança coletivo
 - D) mandado de injunção
 - E) *habeas data*

31. A comprovação de legitimidade para o ajuizamento da ação popular exige, de seu autor, a apresentação de:
- A) título de eleitor
 - B) regularidade fiscal
 - C) direito líquido e certo
 - D) representação estatutária
 - E) autorização em assembleia da classe
32. O Procurador-Geral do Ministério Público do Estado de Minas Gerais está sujeito ao teto constitucional correspondente ao subsídio de:
- A) Desembargador do Tribunal de Justiça
 - B) Ministro do Supremo Tribunal Federal
 - C) Presidente da República
 - D) Governador do Estado
 - E) Deputado Federal
33. Marta, professora municipal, filha, reconhecida tardiamente, do Governador do Estado, tem filiação partidária de oposição ao governo de seu pai, com quem não mantém quaisquer relações. Caso Marta pretenda concorrer como deputado estadual, quanto a ela será dado o seguinte tratamento, por força de regra constitucional:
- A) poderá concorrer porque a restrição de filiação não alcança partidos políticos opositores
 - B) não poderá concorrer porque a restrição de filiação perdura por dois mandatos
 - C) poderá concorrer porque seu pai se desincompatibilizará nos três meses anteriores da eleição
 - D) poderá concorrer porque não existe relação afetiva entre pai e filha
 - E) não poderá concorrer porque são pai e filha
34. João, servidor exclusivamente temporário do Ministério do Planejamento, em razão desse vínculo, está sujeito ao regime previdenciário caracterizado como:
- A) público de caráter complementar
 - B) privado de caráter complementar
 - C) especial de caráter público
 - D) estatutário extraordinário
 - E) geral do INSS
35. Considere a hipótese de ter sido impetrado mandado de segurança contra ato de Desembargador do Tribunal Regional Federal. Nesse caso, a competência para processar e julgar originariamente a ação mandamental é do seguinte órgão judicante:
- A) Supremo Tribunal Federal
 - B) Tribunal Regional Federal
 - C) Superior Tribunal de Justiça
 - D) Conselho Nacional de Justiça
 - E) Tribunal de Justiça de Minas Gerais

AUDITORIA

36. Uma auditoria é conduzida por um auditor independente que apresenta relatório com sua opinião sobre as demonstrações contábeis. Nesse tipo de auditoria, o objetivo do auditor independente é:
- A) Validar que as demonstrações contábeis estão livres de fraude.
 - B) Verificar que todos os saldos das contas contábeis estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
 - C) Obter segurança razoável de que o balanço patrimonial e a demonstração do resultado estão livres de distorção relevante causada por erro.
 - D) Verificar que todos os atos da administração foram registrados corretamente nas demonstrações contábeis e estão livres de distorção causada por erro.
 - E) Obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
37. A auditoria interna é exercida nas pessoas jurídicas de direito público, interno e externo, e de direito privado. E sua atividade está estruturada em procedimentos que são desenvolvidos com enfoque técnico, objetivo, sistemático e disciplinado. A auditoria interna tem por finalidade:
- A) Agregar valor ao resultado da organização, apresentando subsídios para o aperfeiçoamento dos processos, da gestão e dos controles internos, por meio de relatórios com recomendação de soluções para as não conformidades.
 - B) Implementar políticas, normas e procedimentos de garantia da qualidade dos processos, apresentando subsídios para o aperfeiçoamento das leis, por meio de relatórios com recomendação de soluções para as não conformidades.
 - C) Validar os atos administrativos da gestão financeira, aperfeiçoando o processo de licitação e prestação de contas, por meio da recomendação de soluções para as não conformidades apresentadas nos relatórios de auditoria.
 - D) Validar as demonstrações contábeis da organização, aperfeiçoando o processo de elaboração com recomendações de eficiência, eficácia e economicidade, por meio de carta comentário.
 - E) Verificar que os processos da administração estão isentos de fraude e erro, apresentando, caso ocorra, recomendação de responsabilização da gestão por meio de relatórios.
38. Dentre os procedimentos da auditoria interna incluem-se testes de observância e testes substantivos. Na aplicação dos testes de observância, são considerados os procedimentos de observação e os de:
- A) medição, sumarização e amostragem.
 - B) inspeção, investigação e confirmação.
 - C) aferição, amostragem e sumarização.
 - D) investigação, medição e aferição.
 - E) confirmação, cálculo e inspeção.

39. A validação de transações ou saldos contábeis da entidade auditada, por meio de dados obtidos junto a terceiros, com os quais a entidade mantém relacionamento comercial, é um procedimento de auditoria denominado:
- A) perícia.
 - B) fiscalização.
 - C) circularização.
 - D) revisão analítica.
 - E) revisão por pares.
40. O risco de auditoria é uma função dos riscos de distorção relevante e dos riscos de detecção. Os riscos de distorção relevante podem existir em dois níveis: no nível geral das demonstrações contábeis e no nível da afirmação para classes de:
- A) saldos contábeis, demonstração de valor adicionado e notas explicativas.
 - B) contas contábeis, saldos contábeis e notas explicativas.
 - C) transações, contas contábeis e fluxo de caixa.
 - D) transações, saldos contábeis e divulgações.
 - E) operações, fluxo de caixa e divulgações.
44. Carlos, policial rodoviário, apreendeu em uma *blitz* um veículo que trafegava com uma série de irregularidades. Todavia, em vez de determinar que o carro fosse transportado para o depósito público, ele ligou para um primo seu desempregado, que foi até o local e, em comum acordo, conduziu o veículo para a residência de Carlos, vez que este não teria como dirigi-lo, já que pilotava a moto da corporação. Posteriormente, Carlos e o primo venderam o carro e dividiram o lucro. A denúncia que venha a ser oferecida deverá ser:
- A) somente contra o primo de Carlos por furto
 - B) contra Carlos e seu primo por crime de furto
 - C) somente contra Carlos por crime de peculato
 - D) contra Carlos e seu primo por crime de peculato
 - E) somente contra Carlos por crime de apropriação indébita
45. São causas de exclusão de culpabilidade:
- A) a embriaguez acidental completa e o erro de proibição
 - B) a prescrição, a decadência e a preempção
 - C) a menoridade e o estado de necessidade
 - D) a inimputabilidade e a legítima defesa
 - E) o erro de tipo e o erro de proibição

DIREITO PENAL

41. A *abolitio criminis* é causa de:
- A) atipicidade
 - B) exclusão da culpabilidade
 - C) extinção da punibilidade
 - D) exclusão da antijuricidade
 - E) involuntariedade da conduta
42. A pessoa jurídica no Direito Penal poderá ser responsabilizada por crimes do seguinte tipo:
- A) contra a vida
 - B) ambientais
 - C) contra a honra
 - D) contra o patrimônio
 - E) de concorrência desleal
43. O crime de “gerir fraudulentamente instituição financeira”, previsto no art. 4º, *caput*, da Lei nº 7.492/1986, tem a seguinte característica:
- A) existir na modalidade culposa
 - B) ser cometido pela própria pessoa jurídica
 - C) depender de representação para ação penal
 - D) ser cometido por pessoa estranha à instituição financeira
 - E) ser cometido pelos controladores e administradores da instituição financeira

ECONOMIA E FINANÇAS PÚBLICAS

46. A modalidade de tributação de competência municipal que onera o consumo corresponde ao seguinte imposto:
- A) sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza - IR
 - B) sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS
 - C) sobre Produtos Industrializados - IPI
 - D) sobre Operações Financeiras - IOF
 - E) de Importação - II
47. Uma das circunstâncias que impede a alocação de recursos denominada “ótimo de Pareto” é a seguinte:
- A) externalidade
 - B) pleno emprego
 - C) estabilidade de preços
 - D) distribuição justa da renda
 - E) inexistência de bens públicos
48. Numa economia, o setor fabril produz os bens X e Y. Um aumento da alíquota do Imposto sobre Produtos Industrializados da principal matéria-prima utilizada na produção do bem Y provocou elevação de seu preço de venda. Observe as informações abaixo:
- Quantidade do bem X antes da elevação do preço de Y: 90.000 unidades;
Variação na quantidade demandada do bem X: 16.875 unidades;
Preço do bem Y antes do aumento: \$ 20,00;
Variação no preço do bem Y: 25%.
- Pode-se afirmar que a elasticidade cruzada da demanda do bem X em relação ao bem Y corresponde a:
- A) 0,50
 - B) 0,57
 - C) 0,68
 - D) 0,75
 - E) 0,85

49. Uma economia hipotética, num determinado período de tempo, registrou os dados a seguir especificados:

ESPECIFICAÇÕES	VALORES \$
Depreciação	3.000
Importações	2.400
Impostos Diretos	6.000
Impostos Indiretos	4.500
Produto Interno Líquido a custo de fatores	45.000
Renda Líquida Enviada ao Exterior	3.400
Renda Recebida do Exterior	2.500
Subsídios	1.600

Conclui-se que Produto Nacional Bruto a preços de mercado apresenta o seguinte valor:

- A) \$ 41.500
B) \$ 45.900
C) \$ 47.500
D) \$ 50.000
E) \$ 53.500

50. Uma economia, num certo período, apresentou as informações a seguir enumeradas.

$C = 40 + 0,80Y$	C = CONSUMO	Y = RENDA
$I = 100 - 110i$	I = INVESTIMENTO	i = TAXA DE JUROS
G = 80	G = GASTOS DO GOVERNO	
$M_s = 380$	M_s = OFERTA DE MOEDA	
$M_t = 0,4Y$	M_t = DEMANDA TRANSACIONAL E PRECAUCIONAL DE MOEDA	
$M_e = 160 - 220i$	M_e = DEMANDA ESPECULATIVA DE MOEDA	

Verifica-se que o nível da demanda especulativa da moeda corresponde a:

- A) 45
B) 50
C) 55
D) 60
E) 65

51. Num certo período de tempo, uma economia hipotética apresentou os seguintes dados:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR \$
Função Consumo	$C = 25 + 0,80Y$
Transferências do Governo	R = 400
Despesas Governamentais	G = 2.640
Função Imposto	$T = 20 + 0,15Y$
Nível de Renda de Equilíbrio	y = 16.500

Pode-se concluir que o nível de investimento equivale a:

- A) 6.600
B) 5.280
C) 4.951
D) 3.690
E) 2.316

52. Uma economia sem o setor governo e fechada, num certo período, registrou propensão marginal a consumir de 80%. Um acréscimo de \$ 2.800 no agregado Investimento acarreta elevação do produto nacional na ordem de:

- A) 5.600
B) 11.200
C) 14.000
D) 18.200
E) 22.400

53. A implementação de uma política fiscal interna expansionista provoca os seguintes efeitos sobre a poupança nacional, sobre a oferta de dólares e sobre a taxa real de câmbio, respectivamente:

- A) elevação, elevação, elevação
B) redução, elevação, elevação
C) elevação, redução, redução
D) redução, redução, redução
E) redução, redução, elevação

54. O princípio orçamentário da não afetação envolve o seguinte tributo:

- A) PIS
B) Taxa
C) Cofins
D) Imposto
E) Contribuição de Melhoria

55. Uma economia aberta, num determinado período de tempo, registrou variação na renda de equilíbrio na ordem de \$ 84.350. Sabendo que a Propensão Marginal a Consumir é 0,7 e a variação na arrecadação de tributos, no mesmo período, registrou queda de \$ 48.200, pode-se constatar que a Propensão Marginal a Importar é fixada em:

- A) 10,0%
B) 17,5%
C) 30,0%
D) 40,0%
E) 45,0%

DIREITO CIVIL E EMPRESARIAL

56. Pedro, desde a infância, tinha excepcional traquejo com a informática, bem como grande tino comercial. Por esse motivo, abriu empresa de relacionamento virtual, gerando mais de um milhão de acessos por mês, e uma milionária renda. Ocorre que um dos internautas, que acessaram a página de sua empresa, entendeu ter sofrido dano material e, por esse motivo, pretende acionar Pedro. Para ajuizar corretamente a ação, deixará de ser obrigado de incluir os responsáveis por Pedro no caso de este ser maior. Por lei, no caso de Pedro, a maioria da idade se dá ao completar a idade, em anos, igual a:

- A) 14
B) 16
C) 18
D) 21
E) 20

57. Márcia, instituidora de uma Fundação de fins assistenciais voltada para o atendimento de moradores de rua, designa Antônio para elaborar seu estatuto. Passado um bom tempo, Antônio, mesmo sabedor da atribuição, não elabora o texto. Diante da inércia de Antônio, o encargo será repassado após o transcurso do seguinte prazo, e à seguinte pessoa, tal como previsto em lei:
- A) 180 dias – Promotor Público
 - B) 90 dias – Presidente da Fundação
 - C) 60 dias – Diretor Financeiro da Fundação
 - D) 120 dias – Diretor Administrativo da Fundação
 - E) 90 dias - Oficial do Cartório de Registros Públicos
58. A Procuradoria do Município de Belo Horizonte registra, em nome da municipalidade, um bem imóvel, objeto de doação de ex-Prefeito da Cidade, deixado, sem destinação, em seu testamento. Assim que registrado, tal bem é classificado legalmente como:
- A) de uso comum do povo
 - B) de interesse social
 - C) de uso especial
 - D) extraordinário
 - E) dominical
59. Conforme determinação legal, a escritura pública é essencial para a validade do negócio jurídico que vise à renúncia de:
- A) comodato sobre antiguidades de valor de duzentos mil reais
 - B) encargo de obra sobre imóvel de valor de cinquenta mil reais
 - C) empréstimo sobre obra de arte no valor de setenta mil reais
 - D) usufruto sobre imóvel de valor de trezentos mil reais
 - E) benfeitoria sobre imóvel de valor de cem mil reais
60. Paulo, menor herdeiro de uma fortuna e sem responsáveis legais vivos, passa a ter em 2000, como tutor, Augusto, homem de grande renome na iniciativa privada. Após o período de tutela, em 2010, Paulo percebe que a renda vitalícia de seu pai não foi computada em seu benefício durante o período da tutela, mas desviada para as empresas de Augusto. Diante disso, em 2012, Paulo procura um advogado e indaga sobre a viabilidade de receber os valores desviados. Nesse caso, tais valores são considerados como:
- A) indevidos, pois a prescrição de quatro anos ocorreu em 2009
 - B) indevidos, pois a prescrição de dois anos ocorreu em 2007
 - C) devidos, pois a prescrição de três anos ocorrerá em 2013
 - D) devidos, pois a prescrição de dez anos ocorrerá em 2015
 - E) devidos, pois a prescrição de cinco anos ocorrerá em 2015
61. Antônio cobra de Pedro, em ação própria, cerca de cinco mil reais calculados por ele como devidos a partir de uma dívida originária no valor de um mil reais que, por esquecimento do primeiro, já havia sido integralmente paga mediante depósito em conta corrente cujo saldo Antônio não conferiu. Diante desse fato, Pedro comprova o depósito e a quitação da dívida. De acordo com a regra expressa do Código Civil, e inexistindo desistência da ação antes de Pedro contestá-la ou prescrição, Antônio poderá ser obrigado a pagar a Pedro o correspondente, em reais, a:
- A) quinze mil
 - B) dez mil
 - C) cinco mil
 - D) dois mil e quinhentos
 - E) um mil
62. O direito de exigir reparação e a obrigação de prestá-la se transmitem com o seguinte instituto:
- A) o registro em cartório de Títulos e Documentos
 - B) a cessão de direitos reais
 - C) a escritura pública
 - D) o pacto nupcial
 - E) a herança
63. Pedro, motorista de táxi, é confundido pela Polícia Federal com contrabandista de alta periculosidade que estava no exterior e acaba sendo preso indevidamente por dez dias, para averiguações, mesmo inexistindo anotação criminal para sua impressão digital e nome. Apesar de solicitar a comunicação com sua família, bem como a presença de seu advogado, tal comunicação lhe é negada. Após os dez dias, sem que tenha sido dada ordem judicial que respalde tal prisão, Pedro é liberado. Diante do narrado, Pedro decide ajuizar ação de responsabilidade civil por ofensa pessoal diante da ilegalidade de sua prisão. Na ação, Pedro comprova que deixou de trabalhar por dez dias, e que sua diária chega a somar mil reais. De acordo com a regra do Código Civil, Pedro pode fazer jus, a título de indenização, pelo menos, ao seguinte valor:
- A) dois mil e quinhentos reais
 - B) cinco mil reais
 - C) dez mil reais
 - D) quinze mil reais
 - E) vinte mil reais
64. João, pequeno agricultor do interior do Estado, obriga-se a devolver, como pagamento, o trator de seu vizinho completamente reparado, após ter dele feito uso em sua propriedade pelo período de um ano. Poucos dias antes do término do prazo assinalado, sobrevém forte e inesperada chuva na região, causando cheia de rios e alagamento nas propriedades, destruindo, por consequência, o trator a ser entregue consertado ao vizinho, sem que João pudesse ter impedido a ocorrência de dano. Nesse caso, a lei civil assegura que a obrigação seja considerada como:
- A) resolvida para ambas as partes
 - B) adiada até o soerguimento econômico de João
 - C) resolvida por João em novo período de um ano
 - D) transferida para outro bem, de mesmo valor, pertencente a João
 - E) apurada, em valores, para pagamento acrescido de perdas e danos

65. Paulo adere a um contrato de plano de saúde e assistência médica e hospitalar, sem ler o seu texto integral. Dentre as cláusulas, entretanto, há uma que dispõe acerca de sua renúncia antecipada caso venha a ser diagnosticado com qualquer tipo de câncer. Pela lei, pode-se concluir, quanto à hipótese descrita, que:
- A) o contrato se resolve em perdas e danos
 - B) o contrato é anulável
 - C) a cláusula é válida
 - D) o contrato é ilegal
 - E) a cláusula é nula
66. O título de crédito que não contiver a indicação de vencimento é considerado como:
- A) nulo
 - B) à vista
 - C) ineficaz
 - D) à ordem
 - E) a vencer em 30 dias
67. Petrônio abre empresa de produto comestível e a dirige por dez anos. Após esse tempo, vem a ser declarado judicialmente incapaz. Por conta disso, será adotado o seguinte procedimento quanto à empresa:
- A) terá sua atividade restrita ao mínimo até que o Judiciário indique um sucessor
 - B) continuará existindo, e Petrônio será afastado em detrimento de eventual sócio
 - C) continuará existindo, e o Ministério Público a dirigirá
 - D) continuará existindo, e Petrônio será assistido
 - E) terá sua atividade encerrada em seis meses
68. Na sociedade em conta de participação, a falência do sócio ostensivo acarreta para a sociedade:
- A) incorporação
 - B) transposição
 - C) dissolução
 - D) alteração
 - E) fusão
69. A sociedade em comandita simples se encerra de pleno direito quando a falta de uma das categorias de sócio perdurar por período maior, em dias, que:
- A) 180
 - B) 150
 - C) 120
 - D) 90
 - E) 60
70. João Paulo é diretor de uma sociedade em comandita por ações e acaba sendo destituído. Por força da lei, João Paulo continua responsável pelas obrigações sociais contraídas sob sua administração pelo período máximo, em meses, de até:
- A) 6
 - B) 12
 - C) 18
 - D) 24
 - E) 48

DIREITO ADMINISTRATIVO

71. Considere a hipótese de um servidor da Administração Pública que deixa de se manifestar em um requerimento administrativo e acaba, com tal atitude, negando vigência a enunciado de súmula vinculante. Nesse caso, e estando esgotadas as instâncias administrativas, ao interessado caberá, por força de lei, apresentar a seguinte peça junto ao Supremo Tribunal Federal:
- A) reiteração
 - B) reclamação
 - C) ação civil pública
 - D) obrigação de fazer
 - E) obrigação de reparar
72. O Poder Público tem competência para determinar a um administrado a abstenção de determinado fato, no que concerne aos costumes, em razão de interesse público. Para o exercício dessa atividade, a Administração Pública tem autorização para exigir a seguinte cobrança:
- A) taxa
 - B) tarifa
 - C) imposto
 - D) preço público
 - E) contribuição de melhoria
73. Analise o procedimento de investidura de um Ministro do Supremo Tribunal Federal. Inicialmente, ocorre a escolha pelo Presidente da República; em seguida, o indicado passa por uma aferição no Senado Federal e, depois, se dá a sua nomeação. Segundo o critério da intervenção da vontade administrativa, tal procedimento é um ato classificado como:
- A) simples
 - B) vinculado
 - C) composto
 - D) complexo
 - E) enunciativo
74. Considere o caso de uma empresa farmacêutica ter assinado contrato com o Município de Belo Horizonte, obrigando-se a fornecer inúmeros medicamentos aos hospitais municipais. Durante a execução contratual, sobrevém a proibição, pela Presidência da República, de comercialização, em território nacional, de remédio que se descobriu ser altamente maléfico para gestantes. Tal remédio estava na lista de produtos a serem entregues pela contratada. Neste caso, e em relação ao referido medicamento, a inexecução parcial ocorreu por força de:
- A) superveniência imprevista
 - B) fato da administração
 - C) fato do príncipe
 - D) caso fortuito
 - E) força maior

75. Foi criada, por particular, uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, instituída para desempenhar serviços sociais não exclusivos do Estado, com incentivo e fiscalização pelo Poder Público, mediante contrato de gestão. Neste caso, a pessoa jurídica se constituiu com a seguinte forma no terceiro setor:
- A) organização da sociedade civil de interesse público
 - B) serviço social autônomo
 - C) agência executiva
 - D) organização social
 - E) entidade de apoio
76. O tipo de controle exercido pela Câmara Municipal, com o auxílio do Tribunal de Contas, assegura ao Legislativo, quanto à matéria de sua competência, o poder de adotar corretamente a seguinte conduta em relação ao ente público envolvido:
- A) realizar, por iniciativa própria, auditoria de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, nas unidades administrativas do Poder Judiciário
 - B) fiscalizar a execução de convênio, acordo, ajuste, ou outros instrumentos congêneres, com a União e o Estado para a aplicação de programas comuns
 - C) permitir o processamento e julgamento dos crimes comuns praticados pelo Chefe do Poder Executivo Municipal perante o Superior Tribunal de Justiça
 - D) determinar ao Ministério Público Estadual o ajuizamento de ação penal por ilícito praticado pelo Chefe do Poder Executivo em prejuízo ao erário
 - E) impedir qualquer pagamento de firma contratada pelo Poder Executivo submetida à investigação por Comissão Parlamentar de Inquérito
77. Considere um certame para a realização de serviço de informática, com valor estimado em R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), voltado para o desenvolvimento de um sistema mais ágil para atuação fiscal que permita a comunicação eletrônica de atuação no banco de dados da Secretaria Municipal de Fazenda. Diante desse fato, a modalidade e o tipo de licitação a serem adotados correspondem a:
- A) convite – melhor técnica
 - B) concurso – melhor técnica
 - C) concorrência – menor preço
 - D) leilão – maior lance ou oferta
 - E) tomada de preços – técnica e preço
78. Pondere acerca de uma licitação realizada pela Secretaria Municipal de Saúde para aquisição de medicamentos. O Secretário Municipal de Saúde, sem promover a avocação, é a autoridade indicada para:
- A) adjudicar o objeto da licitação
 - B) apreciar o envelope de técnica
 - C) julgar o resultado do envelope de habilitação
 - D) ratificar a entrega de documentos de regularidade fiscal
 - E) conclamar os licitantes para a abertura do envelope de preços
79. A atividade desenvolvida na exploração de minerais nucleares, prevista na Constituição Federal, pode ser classificada na seguinte modalidade de serviço público:
- A) administrativa
 - B) extraordinária
 - C) econômica
 - D) delegável
 - E) singular
80. Analise um caso de acidente de trânsito, em cruzamento com semáforo defeituoso, no qual ficou provado que os motoristas envolvidos trafegavam, imprudentemente, com excesso de velocidade. A responsabilidade civil no evento danoso é caracterizada como:
- A) exclusiva das vítimas porque praticaram ato ilícito pelo desrespeito ao limite de velocidade
 - B) exclusiva do Estado porque o evento danoso só ocorreu pelo defeito da sinalização
 - C) integral do Estado porque não fiscalizou o bom funcionamento de um serviço público
 - D) exclusiva das vítimas porque o evento danoso foi mitigado por ato de multidão
 - E) parcial do Estado porque as vítimas concorreram culposamente para o dano

ATENÇÃO

O **caderno de questões** contém 80(oitenta) questões de múltipla escolha, cada uma com 5 (cinco) alternativas (A,B,C,D,E), organizadas da seguinte forma:

de **01 a 10** - *Língua Portuguesa*; de **11 a 25** - *Contabilidade Geral*; de **26 a 35** - *Direito Constitucional*; de **36 a 40** - *Auditoria*; de **41 a 45** - *Direito Penal*; de **46 a 55** - *Economia e Finanças Públicas*; de **56 a 70** - *Direito Civil e Empresarial* e de **71 a 80** - *Direito Administrativo*.

INSTRUÇÕES

1. A duração da prova é de 4 (quatro) horas , considerando, inclusive, a marcação do **Cartão de Respostas**. Faça-a com tranqüilidade, mas controle o seu tempo.
2. Ao ser dado o sinal de início da prova verifique se a prova é para o **cargo** para o qual concorre, confira, também, a numeração das questões e a paginação. Qualquer irregularidade, comunique ao fiscal de sala.
3. Verifique, no **Cartão de Respostas**, se seu nome, número de inscrição, identidade e data de nascimento estão corretos. Caso contrário, comunique ao fiscal de sala.
4. O **Caderno de Questões** poderá ser utilizado para anotações, mas somente as respostas assinaladas no **Cartão de Respostas** serão objeto de correção.
5. Leia atentamente cada questão e assinale no **Cartão de Respostas** a alternativa que responde corretamente a cada uma delas.
6. Observe as seguintes recomendações relativas ao **Cartão de Respostas**:
 - não haverá substituição por erro do candidato;
 - não deixar de assinar no campo próprio;
 - não pode ser dobrado, amassado, rasurado, manchado ou conter qualquer registro fora dos locais destinados às respostas;
 - a maneira correta de marcação das respostas é cobrir, fortemente, com esferográfica de tinta azul ou preta, o espaço correspondente à letra a ser assinalada;
 - outras formas de marcação diferentes da que foi determinada acima implicarão a rejeição do **Cartão de Respostas**;
 - será atribuída pontuação zero à questão que contiver mais de uma ou nenhuma resposta assinalada, ou que contiver emenda ou rasura.
7. O fiscal não está autorizado a alterar quaisquer dessas instruções.
8. Você só poderá retirar-se da sala após 60 minutos do início da prova.
9. Quaisquer anotações só serão permitidas se feitas no caderno de questões.
10. Você poderá anotar suas respostas em área específica do Caderno de Questões, destacá-la e levar consigo.
11. Os três últimos candidatos deverão permanecer na sala até que o último candidato entregue o **Cartão de Respostas**.
12. Ao terminar a prova, entregue ao fiscal de sala, obrigatoriamente, o **Caderno de Questões** e o **Cartão de Respostas**.

Não esqueça seu documento de identidade.

Boa Prova!